

Dispositivo metrópole. A multidão e a metrópole⁸²

.....Antonio Negri

1. “*Generalizar*” a greve. Foi interessante notar, por ocasião do calendário de lutas da primavera e do verão de 2002 na Itália, como o projeto de “generalizar” a greve por parte do movimento dos precários, dos operários sociais, fossem eles homens ou mulheres, pareceu ter passado de maneira quase que inócua e inútil através da “greve geral” dos operários. Depois desta experiência, muitos companheiros que participaram da luta começaram a perceber que, enquanto a greve operária “fazia mal” ao patrão, a greve social passava, por assim dizer, pelas dobras da jornada de trabalho global, não fazia mal aos patrões nem fazia bem aos trabalhadores móveis flexíveis. Esta constatação levanta um problema: compreender como luta o operário social, como ele pode concretamente derrubar, no espaço metropolitano, a subordinação produtiva e a violência da exploração. Isto é, trata-se de nos perguntarmos como a metrópole se apresenta diante da multidão e se é correto dizer que a metrópole está para a multidão assim como a fábrica estava para a classe operária. De fato, esta hipótese se nos apresenta como um problema. Problema que não foi simplesmente levantado pelas evidentes diferenças de eficácia imediata entre as lutas sociais e as lutas operárias, mas também por uma questão muito mais pertinente e geral: se a metrópole é investida pela relação capitalística de valorização e de exploração, como se pode colher no seu interior o antagonismo da multidão metropolitana? Nos anos sessenta e setenta deram-se várias respostas, frequentemente muito eficazes, a estes problemas, na medida em que eles surgiam em relação às lutas de classe operária e as mutações dos estilos de vida metropolitanos. Daqui a pouco as retomaremos. Aqui vale a pena assinalar somente como aquelas respostas diziam respeito a uma relação externa entre classe operária e outros estratos metropolitanos do trabalho assalariado e/ou intelectual. Hoje, o problema apresenta-se de maneira diferente porque as várias seções da força trabalho apresentam-se no híbrido metropolitano como relação interna, quer dizer, imediatamente como multidão: um conjunto de singularidades,

82 Este artigo foi traduzido pelo coletivo de tradução attraverso (Désirée Tibola, Leonardo Retamoso Palma, Lúcia Copetti Dalmaso e Paulo Fernando dos Santos Machado).

uma multiplicidade de grupos e de subjetividades, que dão forma (antagônica) ao espaço metropolitano.

2. *Antecipações teóricas*. Entre os estudiosos da metrópole (arquitetos e urbanistas), foi Koolhaas a nos fornecer, de maneira delirante, por volta do final dos anos setenta, uma primeira nova imagem da metrópole. Aludimos, evidentemente, a *Delirious New York*. Em que consistia a tese central deste livro? Consistia em dar uma imagem da metrópole que, além e através das planificações (sempre, de maneira mais ou menos coerente, desenvolvidas sobre ela mesma), vivia, porém, de dinâmicas, conflitos e sobreposições potentes de estratos culturais, de formas e de estilos de vida, de uma multiplicidade de hipóteses e de projetos sobre o futuro. Era necessário olhar esta complexidade, esta microfísica de potências, desde dentro para compreender a cidade. Nova York, em especial, era o exemplo de um extraordinário acumular-se histórico e político, tecnológico e artístico, de várias formas de programação urbana. Mas não bastava. Era necessário acrescentar que a metrópole era mais forte que o urbano. Os interesses especulativos e as resistências dos cidadãos derrotavam e subvertiam ao mesmo tempo as prescrições do poder e as utopias dos opositores. O fato é que a metrópole confundia e misturava os termos do discurso urbanístico: a partir de uma certa intensidade urbana, a metrópole constituía novas categorias, era uma nova máquina proliferante. A medida se des-media. Tratava-se, portanto, ao mesmo tempo, de fazer uma análise microfísica da metrópole, de Nova York no caso, que fosse ao encontro seja das milhares de singularidades agentes, seja das formas de repressão e bloqueio que a potência da multidão encontrava. É assim que a arquitetura de Koolhaas se ergue através de grandes medidas de convivência urbana, que são depois subvertidas, mudadas e misturadas com outras formas arquiteturais... É uma grande narração aquela expressa na arquitetura de Koolhaas, a grande narração da destruição da cidade ocidental para dar lugar a uma metrópole mestiça. Não é relevante (mesmo que seja útil para a compreensão) que em Koolhaas o desenvolvimento arquitetural seja classificado de maneira funcional às várias técnicas da organização do trabalho edilício. O que interessa é exatamente o contrário: mesmo através de uma corporativização industrial dos agentes da produção, aqui se percebe quanto a metrópole já se organize em níveis contínuos, mas tortos, fiéis ao Welfare, mas híbridos. A metrópole é mundo comum. Ela é o produto de todos – não vontade geral, mas aleatoriedade comum. Assim a metrópole se quer imperial. Os pós-modernos fracos são vencidos por Koolhaas. Buscando na genealogia da metrópole, Koolhaas de fato antecipa uma operação que, no pós-moderno maduro, torna-se fundamental: o reconhecimento da dimensão global

como mais produtiva e mais generosa do ponto de vista das figuras econômicas e dos estilos de vida. Este esforço crítico não é solitário nem neutralizante. Pelo contrário, produz ulteriores críticas, confia-as ao movimento real. Por exemplo, quando introduzimos elementos diferenciais e antagonísticos no saber da cidade e fazemos destes o motor da construção metropolitana, nós compomos também novos quadros do viver e do lutar – comuns. Ainda um exemplo entre os outros: a propósito de metrópole e coletivização. Esta velha palavra socialista certamente já está obsoleta e totalmente superada na consciência das novas gerações. Mas não é este o problema. O projeto não é coletivizar, mas sim reconhecer e organizar o comum. Um comum feito de um patrimônio riquíssimo de estilos de vida, de meios coletivos de comunicação e reprodução da vida e, principalmente, do excedente da expressão comum da vida nos espaços metropolitanos. Gozamos de uma segunda geração de vida metropolitana, criativa de cooperação e excedente nos valores imateriais, relacionais e lingüísticos que produz. Eis a metrópole da multidão singular e coletiva. Há muitos pós-modernos que recusam a possibilidade de considerar a metrópole da multidão como espaço coletivo e singular, maciçamente comum e subjetivamente maleável e sempre novamente inventado. Estas recusas substituem o analista pelo bufão ou pelo sicofanta do poder. De fato, nós recuperamos a idéia das economias externas, das dinâmicas imateriais, dos ciclos de luta e tudo aquilo que compõe a multidão. Nova York é pós-moderna, na medida em que participou em todos os graus do moderno e, por assim dizer, consumiu-os na crítica e na prefiguração de outra coisa. O resultado é um híbrido, o híbrido metropolitano como figura espacial e temporal das lutas, plano da microfísica dos poderes.

3. *Metrópole e espaço global*. Foi Saskia Sassen, antes e mais do que qualquer outra pessoa, que nos ensinou a ver a metrópole, todas as metrópoles, não somente, como Koolhaas, como um agregado híbrido e interiormente antagonista, mas como uma figura homóloga da estrutura geral que o capitalismo assumiu na fase imperial. As metrópoles exprimem e individualizam o consolidar-se da hierarquia global, em seus pontos mais articulados, em um complexo de formas e de exercício do comando. As diferenças de classe e a programação genérica na divisão do trabalho na metrópole já não se fazem mais entre nações, mas entre centro e periferia. Sassen vai olhar para os arranha-céus para deles extrair lições implacáveis. Em cima está quem comanda e embaixo quem obedece. No isolamento daqueles que estão mais no alto está a ligação com o mundo, enquanto que na comunicação daqueles que estão mais embaixo estão os pontos móveis, os estilos de vida e renovadas funções da recomposição metropolitana. Por isso, temos

que atravessar os espaços possíveis da metrópole, se quisermos reatar as fileiras da luta, para descobrir os canais e as formas de ligação, os modos nos quais os sujeitos ficam juntos. Sassen nos propõe olhar os arranha-céus como estruturas da unificação imperial. Mas, ao mesmo tempo, insinua a sutil e provocatória proposta de imaginar os arranha-céus não como um todo, mas como um em cima e um embaixo. Entre o em cima e o embaixo corre a relação de comando, de exploração e, portanto, a possibilidade de revolta. Os temas de Sassen repercutiram fortemente na Europa nos anos noventa, quando, com certa dificuldade, mesmo assim eficazmente, algumas forças antagonistas começaram a ver refletidas na estrutura da metrópole as contradições da globalização. De fato, com arranha-céus ou não, de qualquer forma a ordem global restabelecia um alto e um baixo na metrópole, que era aquele de uma relação de exploração que se estendia no horizonte interno da sociedade urbana. Sassen nos mostrava os lugares e as relações da exploração e dissolvia a multidão levando-a ao exercício disperso de atividades materiais. Por outro lado há o comando. *Blade Runner* tornou-se uma ficção científica.

4. *Antecipações históricas.* Outros vêem as metrópoles dos arranha-céus e do Império mais como lugares de luta que podem revelar aspectos comuns e principalmente podem encarnar processos e organizações de resistência e de subversão. O exemplo que imediatamente vem em mente em relação a isto é o das lutas parisienses do inverno 1995-96. Estas lutas são lembradas porque naquela ocasião os projetos de privatização dos transportes públicos de Paris foram rechaçados, não apenas pelos sindicatos, mas pelas lutas conjuntas de grande parte da população metropolitana. Todavia, estas lutas não teriam nunca alcançado a intensidade e a importância que tiveram se não tivessem sido atravessadas e antes, de alguma forma, prefiguradas pelas lutas dos *sans-papiers*, *sans-logent*, *sans-travail* etc. Quer dizer que o máximo da complexidade metropolitana abre linhas de fuga para toda a pobreza urbana: é aqui que a metrópole, mesmo aquela imperial desperta ao antagonismo. Estes desenvolvimentos e estes antagonismos foram antecipados nos anos setenta: na Alemanha, nos Estados Unidos, na Itália. A grande passagem da frente de luta da fábrica àquela da metrópole, da classe à multidão, foi vivida e organizada teoricamente e praticamente por muitíssimas vanguardas. “*Prendiamoci la città*” era uma palavra de ordem italiana, insistente, importante, empolgante. Palavras semelhantes atravessaram as *Bürger-initiativen* alemãs, mas também as experiências dos *squatters* em quase todas as metrópoles européias. Os operários de fábrica se reconheceram neste desenvolvimento, enquanto a ordem sindical e a dos partidos do movimento operário ignoraram-no. A greve das passagens dos transportes, as ocupações maciças das casas, a tomada

dos bairros para organizar tempo livre e segurança dos trabalhadores contra a polícia e os fiscais etc. Enfim, a tomada de zonas da cidade, foi um projeto perseguido com muita atenção. Estas áreas chamavam-se na época “bases vermelhas”, mas frequentemente não eram lugares, mas espaços urbanos, lugares de opinião pública. Algumas vezes também acontecia que fossem decididamente não-lugares: eram manifestações de massa que em movimento percorriam e ocupavam praças e territórios. Assim a metrópole começou a ser reconstruída por uma aliança estranha: operários de fábrica e proletários metropolitanos. Aqui começamos a ver como foi potente esta aliança. Na base destas experiências políticas estava também uma outra e mais ampla experiência teórica. De fato, desde o início dos anos setenta, começava-se a notar como a metrópole não fora tão somente invadida pela mundialização a partir do cume dos arranha-céus, mas também como ela fora assim constituída pelas transformações do trabalho que se estavam realizando. Alberto Magnaghi e seus colegas publicaram nos anos setenta uma formidável revista (*Quaderni del territorio*) que mostrava, a cada número de forma mais convincente, como o capital investia a cidade, transformando cada rua em um fluxo produtivo de mercadorias. A fábrica tinha então se estendido na e sobre a sociedade: isto era evidente. Mas igualmente evidente era que este investimento produtivo da cidade modificava radicalmente o embate de classe.

5. *Polícia e guerra*. A grande transformação das relações produtivas que investem as metrópoles chega ao limite quantitativo nos anos noventa, configurando uma nova fase. A recomposição capitalística da cidade, ou melhor, da metrópole, ocorre em toda a complexidade da nova configuração das relações de força no Império. Foi Mike Davis o primeiro a nos dar uma representação apropriada dos fenômenos característicos da metrópole pós-moderna. A edificação de muros para limitar zonas intransitáveis aos pobres, a definição de espaços mal-afamados ou guetos onde os desesperados da terra pudessem se acumular, o disciplinamento das linhas de escoamento e de controle que mantivessem a ordem, uma análise preventiva e prática de contenção e de perseguição das eventuais interrupções do ciclo. Hoje, na literatura imperial, quando se fala da continuidade entre guerra e polícia globais, o que se esquece de dizer é que as técnicas contínuas e homogêneas de guerra e de polícia foram inventadas na metrópole. “Tolerância zero” tornou-se uma palavra de ordem, ou melhor, o dispositivo de prevenção que investe estratos sociais inteiros, mesmo lançando-se individualmente sobre cada refratário ou excluído. A cor da raça ou a roupa religiosa, os hábitos de vida ou a diversidade de classe são, vez após vez, assumidos como elementos que definem a *zoning* repressiva no interior da metrópole. A metrópole está construída sobre es-

tes dispositivos. Como dizíamos, a propósito do trabalho de Sassen, as dimensões espaciais, largura e altura, dos edifícios e dos espaços públicos, estão completamente subordinados à lógica do controle. Isto onde for possível. Onde, ao contrário, o capital imobiliário determina rendas muito altas para poderem ser dobradas a instrumentos de controle direto, através da aplicação de processos urbanísticos pesados, a paisagem metropolitana é coberta por redes de controle eletrônico e percorrida e escavada por representações de perigo que televisões e helicópteros desenham. Daqui a pouco, sobre cada cidade, aumentarão aqueles instrumentos automáticos de controle, aviões sem piloto, clones policiais que os exércitos estão normalmente utilizando nas guerras. Logo as barreiras e as zonas vermelhas serão estabelecidas sobre a lógica dos vãos de controle: o urbanismo deverá interiorizar as formas de controle a partir de uma globalidade aérea, pressuposta à liberdade de desenvolver espaços e sociedades. É evidente que, ao contar isso, nós exasperamos algumas linhas de tendência que são limitadas e representam somente uma parte do desenvolvimento metropolitano. De fato, aqui também (como na teoria da guerra) a enorme capacidade de desenvolver violência por parte do poder, a assim chamada assimetria total, gera respostas adequadas: o fantasma de Davi contra a realidade de Golias. Do mesmo modo, a planificação do controle sobre a cidade, a “tolerância zero”, produzem novas formas de resistência. A rede metropolitana é continuamente interrompida, às vezes invertida, por redes de resistência. A recomposição capitalística da metrópole deixa pistas de recomposição para a multidão. O fato é que, para que aconteça, o controle deve ele próprio reconhecer, ou mesmo reconstruir, esquemas transindividuais de cidadania. Toda a sociologia urbana, desde a Escola de Chicago aos nossos dias, sabe que mesmo dentro de um quadro de individualismo extremo, os conceitos e os esquemas de interpretação precisam assumir dimensões transindividuais, quase comunitárias. A análise deve aplicar-se ao desenvolvimento destas formas de vida. Serão descobertos assim, na metrópole, espaços definidos, localizações determinadas dos movimentos da multidão. Determinações espaciais e temporais do habitat e do salário (consumo), encontram-se desenhando os contornos dos bairros e caracterizando os componentes das populações. A guerra como legitimação da ordem, a polícia como instrumento da ordem – estas potências que assumiram uma função constituinte na metrópole, substituindo-se aos cidadãos e aos movimentos – bem, estas não conseguem passar. Novamente a análise da metrópole reenvia aqui à percepção da excedência de valor que é produzida pela cooperação do trabalho imaterial. A crise da metrópole é, desta forma, deslocada muito para a frente.

6. *Construir a greve metropolitana.* Contam-me que em Sevilha, quando a “greve generalizada” foi lançada – era uma greve de 24 horas – durante a noite, em todos os bairros, formaram-se rondas que, a partir da meia noite, bloquearam os transportes, fecharam as *boites de nuit*, comunicaram à cidade a urgência da luta. E isto durou toda a jornada, com uma mobilização geral no território metropolitano que convergiu nas grandes manifestações de massa durante a tarde. Eis um bom exemplo de gestão da greve generalizada. É uma greve metropolitana na qual se encontram, durante as 24 horas do dia de trabalho, os vários pedaços do trabalho social. E mesmo assim, tudo isso, esse formidável movimento político, não parece suficiente para caracterizar a “greve generalizada”. Precisamos de um aprofundamento mais amplo, de uma análise específica de cada passagem e/ou movimento de recomposição, de cada movimento de luta que possa confluir na construção da greve social. Por que dizemos isto? Porque consideramos a greve metropolitana como uma forma específica de recomposição da multidão na metrópole. A greve metropolitana não é a socialização da greve operária: é uma nova forma de contrapoder. Como ele age no tempo e no espaço ainda não sabemos. O que sabemos é que não vai ser uma sociologia funcionalista, uma daquelas que junta os vários pedaços da recomposição social do trabalho sob o controle capitalístico, que poderá desenhar para nós a greve metropolitana. O encontro, o embate, o encaixar-se e o mover-se para a frente dos vários estratos da multidão metropolitana não podem ser indicados a não ser como construções (nas lutas) de movimentos de potência. Mas, sobre o que o movimento torna-se capacidade de potência alargada? Para nós a resposta não alude, é claro, à tomada do Palácio de Inverno. As revoltas metropolitanas não se colocam o problema de substituir o prefeito: elas exprimem novas formas de democracia, esquemas invertidos em relação aos esquemas do controle da metrópole. A revolta metropolitana é sempre uma refundação de cidade.

7. *Reconstruir a metrópole.* A “greve generalizada” deve então conter em si mesma o “delirante” projeto de reconstruir a metrópole. O que quer dizer reconstruir a metrópole? Significa reencontrar o comum, construir proximidades metropolitanas. Temos duas figuras que são absolutamente indicativas deste projeto, elas se colocam nos termos extremos de uma escala de comunhão: o bombeiro e o imigrante. O bombeiro representa o comum como segurança, como recurso de todos em caso de perigo, como construtor da imaginação comum das crianças; o imigrante é o homem necessário para dar cor à metrópole, além de ser necessário para dar sentido à solidariedade. O bombeiro é o perigo e o imigrante é a esperança. O bombeiro é a insegurança e o imigrante é o devir. Quando nós pensamos

na metrópole, pensamo-la como uma comunhão física que é riqueza e produção de comunhão cultural. Nada como a metrópole indica mais e melhor o desenho de um desenvolvimento sustentável, síntese de ecologia e de produção, enfim, quadro biopolítico. Hoje, exatamente neste período, estamos suportando o peso de uma série de velhos esquemas, tanto ignóbeis quanto impotentes, da social democracia, que nos dizem que a metrópole pode reproduzir-se somente se nela forem introduzidos amortecedores sociais que sirvam para contabilizar (e eventualmente consertar) as dramáticas recaídas do desenvolvimento capitalístico. Políticos e sindicatos corruptos estão negociando sobre os amortecedores... Nós pensamos que a metrópole é um recurso, um recurso excepcional e excessivo, mesmo quando a cidade está constituída por favelas, barracos, caos. À metrópole não podem ser impostos nem esquemas de ordem, prefigurados por um controle onipotente (pela terra e pelo céu através de guerra e polícia), nem estruturas de neutralização (repressão, amortecimento, etc.) que se querem internas ao tecido social. A metrópole é livre. A liberdade da metrópole nasce da construção e reconstrução que a cada dia ela opera sobre si mesma e de si mesma. A greve generalizada se insere neste quadro. Ela é o prolongamento, ou melhor, a manifestação, a revelação, de tudo o que vive no profundo da cidade. Provavelmente em Sevilha a “greve generalizada” foi também isso, a descoberta daquela outra sociedade que vive na metrópole durante todo o tempo da jornada de trabalho. Não sabemos se as coisas realmente aconteceram deste modo: o que, todavia, nos interessa destacar é que a “greve generalizada” é uma espécie de escavação radical da vida da metrópole, da sua estrutura produtiva, do seu comum.

■.....**Antonio Negri**, cientista social e filósofo, é autor, entre outras obras, de *Império*; *Multidão* (ambos em parceria com Michael Hardt); *Anomalia Selvagem – poder e potência em Spinoza*; *O poder constituinte – ensaio sobre as alternativas da modernidade*; *Kairòs, Alma Venus, Multitudo*.